



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

NATANAEL ARAÚJO DE LIMA

INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ARAGUATINS: o uso da computação
como auxílio no ensino para estudantes com dislexia.

**ARAGUATINS
2017**

NATANAEL ARAÚJO DE LIMA

INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ARAGUATINS: o uso da computação
como auxílio no ensino para estudantes com dislexia.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
em Computação do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Tocantins, como requisito
para obtenção do grau de Licenciado em
Computação.

Orientador: Prof^o. Me. Samuel da Silva Costa
Co-orientadora: Prof^a. Me. Lucinalva Ferreira.

**ARAGUATINS
2017**

Lima, Natanael Araújo

INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ARAGUATINS:

O uso da computação como auxílio no ensino para estudantes com dislexia.

/ Natanael Araújo de Lima – Araguatins, 2016.40f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Computação)

– Instituto Federal de Educação do Tocantins, Campus Araguatins, 2017.

Orientador: Prof. Esp. Samuel da Silva Costa.

1. Necessidades Educacionais 2. Recurso tecnológico. 3. Professores I. Título

NATANAEL ARAÚJO DE LIMA

INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ARAGUATINS: o uso da computação
como auxílio no ensino para estudantes com dislexia.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Lucinalva Ferreira
IFTO-Campus Araguatins- Co-orientadora

Prof. Me. Ramásio Ferreira de Melo
IFTO-Campus Araguatins- 1º Avaliador

Prof. Me. Quitéria Costa de Alcântara Oliveira
IFTO-Campus Araguatins - 2º avaliadora

Dedico primeiramente a Deus por me permitir a conclusão de mais um trabalho, a minha esposa, filhos e família, pela paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e concretização deste trabalho.

A minha esposa Islândia de Oliveira Araújo pelo amor, apoio, pela compreensão e cumplicidade.

Aos meus irmãos, sobrinhos e cunhadas que me apoiaram em todos os momentos.

Aos colegas Flaviana Silva Costa e Maria da Glória Santos de Oliveira,

Ao IFTO pela oportunidade de estudo, em especial a Prof. Mest. Lucinalva Ferreira pelas orientações.

A todos os educadores que participam e contribuíram para minha formação, orientando e mediando para que eu pudesse ser um profissional de qualidade.

Resumo

Os recursos tecnológicos que a informática disponibiliza para auxiliar no ensino do aluno com deficiência são de suma importância, por possibilitar maior aprendizado aos educando com dificuldade de aprendizado. Esse trabalho trata da inclusão destes alunos nas escolas públicas por meio do auxílio de computadores. Auxílio esse que pode ocorrer tanto na sala de ensino regular quanto na sala de recursos multifuncionais, com professores especializados para esse atendimento. Cada vez mais alunos com algum tipo de deficiência adentram na escola. Essa pesquisa teve como objetivo principal analisar as situações no atendimento de alunos com dislexia por meio de ferramentas computacionais. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Denise Gomide Amui com professores exclusivamente da sala de recursos multifuncionais através de questionário fechado onde se verificou a dificuldade no uso de recursos tecnológicos como suporte ao ensino-aprendizado de alunos com déficit de aprendizagem.

Palavras-chave: Necessidades educacionais Recursos tecnológicos Professores.

ABSTRACT

The technological resources that informatics provides to aid in the teaching of students with disabilities are of paramount importance, as they enable greater learning for those with learning difficulties. This work deals with the inclusion of these students in public schools through the help of computers. This assistance can occur both in the regular classroom and in the multifunctional resource room, with specialized teachers for this assistance. More and more students with some form of disability are entering school. This research had as main objective to analyze the situations in the attendance of students with dyslexia through computational tools. The research was carried out at the State School of Dentistry Full-time Sunflower Denise Gomide Amui with teachers exclusively from the multifunctional resource room through a closed questionnaire where the difficulty in using technological resources to support teaching-learning of students with learning deficits was verified.

Keywords: Special education, dyslexia, technological resources.

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1 - Sala de Recursos da escola</u>	26
<u>Figura 2 - Sala adaptada para crianças</u>	26
<u>Figura 3 – Recurso de acessibilidade</u>	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de formação dos docentes.....**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 2 – Capacitação na área de informática**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 3 – Capacitação na área de educação incçusiva.....**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 4 – Capacitação na sala de recursos.....**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 5 – Melhorias na sala de recursos**Erro! Indicador não definido.1**

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
2 JUSTIFICATIVA	14
2 COLETA DE DADOS	Erro! Indicador não definido.
3 OBJETIVOS	14
3.1 Objetivo Geral.....	14
3.2 Objetivo Específico.....	14
4- EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TIPOS DE DEFICIÊNCIA	15
5 DISLEXIA	18
5.1 A Família como Suporte para Dislético.....	20
5.2 Orientação para o Trabalho com o Dislético em Sala de Aula	21
6 O COMPUTADOR COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA	23
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
7.1 Observação da Sala de Recursos Multifuncionais.....	25
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERENCIAS.....	Erro! Indicador não definido.
APÊNDICE A: Questionário Aplicado aos Docentes.....	35

1INTRODUÇÃO

A humanidade convive com vários tipos de recursos. O computador é um dos mais importantes no auxílio da aprendizagem quando usado de forma correta. Este vem servindo à educação com seus vários programas educativos, softwares, que geram toda uma gama de conhecimento e utilidades, onde a tecnologia e o professor podem unir forças em prol de uma educação de qualidade.

Essas condições levam a inúmeras formas de utilizar os recursos tecnológicos na educação, hoje aberta a todas as crianças, sejam elas ditas “normais” ou com necessidades especiais de aprendizagem, estabelecendo assim, projeções futuras de seres humanos conscientes, comunicativos e expressivamente produtivos em suas ocupações, nos diversos meios sociais.

O uso da informática no auxílio ao ensino de crianças com deficiência intelectual pode ser frequente, mas sempre certificando de que o programa é adequado ao seu nível, a sua idade intelectual e de suas restrições cognitivas. Os aspectos positivos dos jogos de computadores são a necessidade de concentração e atenção dos alunos com necessidades educativas especiais, o desenvolvimento da capacidade indutiva, espacial e visual e o tratamento paralelo de informações dadas.

A tecnologia tem um poder muito grande de fazer com que o aluno volte sua atenção para a tela do computador, assim o professor pode utilizá-lo fazendo com que o aluno trabalhe em equipe, desenvolvendo a criatividade e imaginação sobre tudo ao seu redor.

O trabalho foi desenvolvido para melhor atender e ver a realidade do aprendizado de alunos que apresentam deficiência intelectual. Ao contrário do que muitos pensam sobre alunos que apresentam dificuldades em aprender, não é o resultado de uma alfabetização ruim, desatenção do aluno na sala de aula, mau comportamento ou desmotivação, na verdade pode ser uma condição adquirida hereditariamente com alterações genéticas e muitas vezes apresentando alterações no padrão neurológico.

Por múltiplos fatores há a necessidade de estes alunos serem acompanhados por uma equipe multidisciplinar. Esse acompanhamento pode dar condições mais adequadas às dificuldades que serão encontradas no decorrer de sua vida e direcionando-o de acordo com as particularidades de cada caso. Este trabalho tem o

propósito de descobrir se a realidade e o uso de recursos tecnológicos em uma escola disponibiliza aos alunos com necessidades educativas especiais uma perspectiva diferente com relação ao seu aprendizado.

2 JUSTIFICATIVA

A utilização do computador como ferramenta de aprendizagem é importante, e o uso desta tecnologia para educação e em especial para o aluno com dislexia é algo necessário nesta pesquisa. Pois a tecnologia com o auxílio do professor abre novas oportunidades de conhecimento. A coleta de dados teve como objetivo mostrar conceitos que sejam relevantes ao entendimento do uso do computador como auxílio às crianças com dislexia.

Este trabalho possibilita que instituição de ensino de nosso município use tecnologia dentro e fora da escola para ajudar crianças com dislexia a aprender com o uso da informática.

Procura-se mostrar a necessidade da utilização das práticas pedagógicas e mostrar que a escola precisa estar voltada para sociedade e buscar sempre a melhor forma de transmitir conhecimento de formas simples às crianças disléxicas.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar a contribuição da informática para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos com dislexia atendida na sala de recursos multifuncionais do Colégio Estadual Denise Gomide Amui.

3.2 Objetivos Específicos

- Verificar a forma de atendimento dos alunos com dislexia nas salas de recursos multifuncionais.
- Identificar as dificuldades apresentadas pelos professores e pais, quanto ao atendimento de alunos disléxicos.
- Estudar as contribuições da informática como suporte para o aprendizado de pessoas com dificuldades de aprendizagem

4- EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TIPOS DE DEFICIÊNCIA

Inicialmente é preciso entender que a inclusão escolar tem como objetivo o acolhimento, onde não existe nenhum critério ou até mesmo exigência para o acesso e a permanência dos alunos com deficiência. Para Glat (2007,p.34) “a escola é a primeira oportunidade que a criança tem para aprender a conviver com outras crianças fora do ambiente familiar”. E tal questão não está restrita somente aos ditos normais, pelo contrário, a escola é um ambiente inclusivo à medida que valoriza e respeita a todos os que dela dependem.

A Educação Inclusiva vem para substituir a escola tradicional, na qual todos os alunos precisavam se adaptar ao mesmo método pedagógico e eram avaliados da mesma forma. Quem não se enquadrasse, estava fora dos padrões considerados aceitáveis e era encaminhado para a classe especial, para a escola especial ou, simplesmente, acabava desistindo de estudar (GLAT, 2007, p.36)

No modelo de escola citada acima, os alunos que apresentavam algum tipo de necessidade educacional eram excluídos do meio social comum, sendo remetidos a ambientes que falsamente lhes eram apregoados como melhores.

No entanto, para que a escola inclusiva seja considerada como tal, é necessário entender que cada aluno apresenta características diferentes, independente de terem ou não algum tipo de deficiência, por isso cabe à escola na figura do professor, respeitar e utilizar essas diferenças de forma a possibilitar o aprendizado, além de “promover a oportunidade de acesso, também é intangível a permanência e o aproveitamento dessas crianças na escola”. (SAMPAIO,2009, p.13)

É o papel da instituição escolar planejar por meio de seu Projeto Político Pedagógico - PPP como se dará de forma concreta o atendimento a todas as crianças com deficiência que possam ser matriculadas na escola.

O projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da ‘cara’ que tem, com seu cotidiano e o seu tempo-espaço, isto é, o contexto histórico em que ela se insere. Projetar significa ‘lançar-se para frente’, antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar. (GADOTTI, 1994, p.33)

A educação para alunos com deficiência intelectual, que antes era feito separadamente, com a difusão da Declaração de Salamanca ganhou bastante força, trazendo um modelo de educação inclusiva aceitável. Um dos princípios destacados na Declaração de Salamanca é que as escolas devem atender todas as crianças sem importar com sua limitação física, intelectual, dentre outras. Defende ainda que a educação inclusiva,

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (BRASIL, 1994, p, 11)

Ainda tratando-se da educação inclusiva, faz-se necessário lembrar que não somente a escola e o professor são responsáveis, o poder público e a família também fazem parte da luta por uma aprendizagem unificada. Dessa forma, a Declaração de Salamanca firma que uma escola inclusiva tem como prerrogativas,

A educação das crianças com necessidades educativas especiais é uma tarefa compartilhada por pais e por profissionais. Uma atitude positiva por parte dos primeiros favorece a integração social e escolar, mas eles precisam de apoio para assumir as funções de progenitores duma criança com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais pode ser valorizado se lhes forem transmitidos os esclarecimentos necessários numa linguagem simples e clara, pelo que responder às necessidades de informação e de treino das suas capacidades educativas é tarefa de especial importância, principalmente nos ambientes culturais que carecem duma tradição escolar. Tanto os pais como os educadores podem precisar de apoio e encorajamento para aprenderem a trabalhar em conjunto, como parceiros. (BRASIL, 1994, p 37)

As exemplificações dadas pelos autores revelam como deve ser a união entre escola e família para que assim, possa ser entendida a verdadeira educação inclusiva, tratando os alunos com dislexia de forma igual, assim o aluno com dificuldade de aprendizagem possa ter uma integração tanto escolar como social. Onde todos os envolvidos no processo são beneficiados. Não se considera, portanto, a dislexia como um malefício, desde que seja possível trabalhar de forma significativa com os alunos.

A educação é um direito de todos, mas há implicações que interferem de maneira significativa nesse processo de aprendizagem, o que exige uma maneira educativa em cada caso. “A deficiência é uma característica como outra qualquer, e considerando-se as dificuldades que a pessoa enfrenta, terminam no resultado de um ambiente despreparado para recebê-la”. (SASSAKI, 2001, p.13)

A utilização da tecnologia que serve de apoio para garantir um aprendizado mais eficiente no que diz respeito à educação inclusiva é um meio de preparo do ambiente para receber o aluno com necessidades educativas especiais. Esta forma de educar tem como um de seus princípios a valorização da diversidade, respeito àquele que é diferente dos demais. Ajudá-los a encontrar melhores formas de conviver com este déficit de aprendizagem.

Para Lasta,(2007, p. 31)

A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, utensílios mobiliário e meios de transportes e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais.

Os teóricos em educação acreditam que a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares traz um benefício enorme nas vidas dessas crianças, tanto para o seu aprendizado quanto na integração com os colegas de sua idade. Moreno (2010, p.03) comunga desse pensamento ao afirmar que “os alunos deficientes aprendem melhor e mais rapidamente, pois encontram modelos positivos nos colegas”, além dos alunos sem deficiência aprenderem a conviver com as diferenças existentes e os professores também serem incentivados a buscar mais conhecimento para trabalhar com uma classe mista.

Para entender melhor sobre o que se define por deficiência é interessante conhecer os conceitos básicos para aprender lidar com os alunos que necessitam de um acompanhamento mais de perto pelos professores e também pelos pais.

Vitor Da Fonseca (1987, p 26) refere-se ao portador de deficiência como uma pessoa possuidora de direitos e que deve ter assegurada o respeito à sua individualidade:

O deficiente é uma pessoa com direitos. Existe, sente, pensa e cria Tem uma limitação corporal ou mental que pode afetar aspectos do comportamento, aspectos esses muitas vezes atípicos, uns fortes e

adaptativos, outros fracos e pouco funcionais, que lhe dão um perfil intra-individual peculiar. Possui igualmente discrepâncias no desenvolvimento biopsicossocial, ao mesmo tempo que aspira a uma relação de verdade e de autenticidade e não a uma relação de coexistência conformista e irresponsável, a qual a sociedade o destina. (Fonseca 1987, p 11)

O profissional da educação especial precisa realizar uma reflexão sobre a sua contribuição no processo do ensino a um indivíduo com dislexia. A educação especial deve cumprir seu papel de prepara o aluno para o exercício da cidadania consciente de deveres e direitos.

O aluno que apresenta deficiência seja auditiva, visual, mental e múltipla. Ele pode naturalmente ser inserido na sala de aula, todavia educadores e pais têm que ter consciência da capacidade de aprendizado deste aluno. O que não significa que ele não possa aprender. As deficiências apesar de acarretarem algumas implicações no desenvolvimento dos indivíduos, também devem ser inseridas em sala de aula.

5 DISLEXIA

A dislexia “é um distúrbio de linguagem e/ou leitura – *dis* vem de distúrbio e *lexia* vem de linguagem (grego) ou leitura (latim). Geralmente os disléxicos têm dificuldades com a leitura, bem como na escrita e soletração”. O termo foi usado para identificar crianças e jovens que apresentavam dificuldades em aprender a juntar as sílabas, soletração e leitura, mas ao mesmo tempo apresentava habilidades normais como qualquer outra criança. A Associação Brasileira de Dislexia – ABD usa a definição utilizada em 1994 da International Dyslexia Association - IDA, onde a dislexia é vista como um distúrbio que causam dificuldades na decodificação de letras, sílabas ou palavras simples.

Graças a muitos estudos o termo dislexia é generalizado a qualquer distúrbio de linguagem ou até mesmo a escrita apresentada pela criança com dificuldade de aprendizado.

De acordo com Pinto(2010, p.23)

Um dos muitos distúrbios de aprendizagem, de origem constitucional, caracterizado pela dificuldade de decodificar palavras simples. Mostra uma insuficiência no processo fonológico. Estas dificuldades de decodificar palavras simples não são esperadas em relação à idade. Apesar de submetida à instrução convencional, adequada inteligência, oportunidade sociocultural e não possuir distúrbios cognitivos e sensoriais.

Quanto mais cedo for diagnosticada a dislexia na criança pela família ou escola, mais fácil será para a escola realizar um planejamento de como ensinar esse aluno, não esquecendo também, o acompanhamento psicológico.

Pinto (2010, p. 14) ressalta que,

Ter dislexia não faz de cada disléxico um gênio, mas é bom para a auto estima de todos os disléxicos saberem que suas mentes funcionam exatamente de mesmo modo que as mentes de grandes gênios. Também é importante saberem que o fato de terem um problema com leitura, escrita, ortografia ou matemática não significa que sejam burros ou idiotas.

O processo da leitura é considerado por muitos uma atividade complexa para se aprender, pois exige esforço e dedicação. Para uma criança com dislexia esse processo é ainda mais complicado. Muitas crianças ainda são excluídas dos grupos de amigos por serem consideradas diferentes. Apesar dela “ser uma dificuldade de aprendizagem de origem neurologia, resulta no déficit no componente fonológico da linguagem”. (MORENO, 2010, p.23).

Os tipos de dislexia podem ser classificados de várias formas, e o que determina o grau dessa dificuldade de aprendizado é um diagnóstico feito por fonoaudiólogos, pedagogos e psicólogos, por isso a importância de uma equipe multiprofissional na escola para identificar a complexidade de cada caso e a forma de ensinar esses alunos.

A dislexia diaforética é quando a criança tem dificuldades na percepção auditiva e também na análise de fonemas, havendo troca de fonemas, sons e grafemas. A criança apresenta dificuldade no reconhecimento de letras, alterando a ordem das letras e sílabas, muitas vezes tentando até mesmo adivinhar a palavra escrita.

Na dislexia lexical há dificuldade afetando fortemente na leitura de textos, os alunos lêem lentamente e errando a leitura com frequência. Quando lêem de forma mais rápidas pulam palavras e usam acentos onde não tem. Conforme Pennington 1997, p. 65),

A dislexia normalmente não é diagnosticada até a idade escolar, usualmente não antes do final da primeira ou segunda série. Contudo, está se tornando progressivamente claro que percussores da dislexia estão presentes antes da idade escolar. Clinicamente, as histórias pré – escolares de alguns disléxicos, mas não todos, contém informações sobre retardo leve ao falar, dificuldades de articulações, problemas ao aprender os nomes das letras ou nome das cores, problemas para encontrar palavras, sequência errada das sílabas (“aminais” por animais, “donimós” por “dominós”) e

problemas para lembrar endereços, números telefônicos e outras sequências verbais. Indagar sobre cada um desses possíveis problemas é uma parte importante a ser registrada na história clínica em caso de suspeita de dislexia.

Para identificar um aluno com dificuldade de aprendizado é preciso que fique atento a tudo que este faz em sala, porque são esses sinais que podem mostrar seu grau de dislexia. Por isso é fundamental que a alfabetização ocorra na escola e na casa com o acompanhamento dos pais e psicólogos para que não haja discriminação pelos colegas devido a sua dificuldade em leitura e na resolução das atividades da escola.

Os alunos diagnosticados com dislexia apresentam um quadro diferenciado de tempo de aprendizagem, o que limita em muitas ocasiões o nível de aprendizado que lhes pode ser exigido.

5.1 A família como suporte para o disléxico

A família entra como suporte no alicerce na construção do aprendizado do disléxico, para que a escola possa lutar pelo objetivo que se deseja alcançar, é numa equipe bem entrosada que a criança com dificuldade de aprendizado encontra refúgio para que assim consiga decifrar o segredo da leitura.

Muitas crianças com dislexia podem apresentar dificuldade no seu aprendizado nos primeiros anos de sua vida escolar. Neste caso, Sampaio (2009) afirma:

Alguns professores e pais por não conhecerem o método evolutivo da escrita, ficam ansiosos e acabam realizando erroneamente, a tentativa de “treinar” a escrita da criança. Não levam em conta as idéias que as crianças elaboram sobre a sua escrita, suas hipóteses de construção. Inicialmente a criança se utiliza de rabiscos, para representar sua escrita, chamamos a este nível de icônico, no qual a criança representa seu mundo por meio de desenhos; mas em uma observação mais apurada, poderemos já identificar uma diferenciação entre os dois grafismos (escrita e desenho): linhas serrilhadas como marcas de uma insinuação da escrita e um outro tipo de marca, para seus desenhos. (SAMPAIO, 2009, p.108 - 109).

Sendo assim não há como negar a importância do papel dos pais na formação educacional de seus filhos, principalmente daqueles que necessita de um cuidado especial. Declaração de Salamanca.

Os governos devem tomar a iniciativa de promover a cooperação com os pais, através do estabelecimento de medidas de carácter político e da

publicação de legislação relativa aos respectivos direitos. Deve estimular-se o desenvolvimento das associações de pais e os seus representantes ser chamados a pronunciar-se sobre a elaboração e implementação de programas destinados a promover a educação dos filhos. Deverão também ser ouvidas, para este fim, as organizações de pessoas com deficiência. (BRASIL, 1994, p 38)

Crianças com dislexia precisam dos pais para que estas possam adquirir primeiramente a confiança em si mesma, a criança por si só já se sente com A auto estima baixa, sente-se pior que as outras crianças e com vergonha, muitas vezes até de participar de brincadeiras em grupos. Ai entra a ajuda constante dos pais e de uma equipe bem preparada da escola, a criança que vive com esse déficit de aprendizado sofre muito preconceito ou até mesmo bullying.

É certo entender que o avanço com esse tipo de aluno acontecerá aos poucos, precisando de muito carinho e esforço das partes envolvidas neste tipo de projeto, ter limitações muitas vezes não significa não poder vencer, mas sim ter cada vez mais vontade.

5.2 Orientação para o trabalho com o disléxico em sala de aula

Para garantir essa mudança a escola precisa mudar, e a participação dos pais, amigos da escola juntamente com a comunidade é fundamental para que se possa ter um aprendizado de qualidade destas crianças que apresenta essa dificuldade tanto em sala e também fora dela.

Marçal (2001, p.12) revela que para fomentar a aprendizagem é preciso levar em consideração alguns aspectos relativos à forma que os educando devem ser avaliados,

Como a pessoa com dislexia apresenta dificuldade de organização e déficit de atenção, as avaliações deverão ser claras, diretas, sem dupla interpretação. As perguntas objetivas são indicadas neste caso; As avaliações escritas poderão ser reduzidas em número de questões, bem como apresentar testes de múltipla escolha; A pessoa com dislexia tem maior facilidade em lidar com a prática, portanto, imagens serão bem vindas nas avaliações. Figuras ilustrativas ou a realização de avaliações em laboratório utilizando o concreto ajudarão na compreensão do texto apresentado;

Alunos disléxicos apresentam maior dificuldade em sala de aula, por isso a escola deve estudar esses casos juntos com todos os envolvidos e encontrar a melhor forma de capturar a atenção desses alunos pra que eles se interessem cada

vez mais em sala. Observado o tipo de avaliação a ser aplicado para esses alunos, se pode ser igual as dos demais, no entanto com algumas adaptações, que não irá de modo algum atrapalhar a visão do professor quanto a turma de modo geral.

É possível preparar professores e também os pais para identificar alunos que apresentam dificuldades, tanto na escrita como na leitura, que depois de identificados, devem ser encaminhados a uma equipe especializada pra ensinar esses alunos de forma que eles venham aprender.

Ao corrigir avaliações teóricas, considere que a pessoa com dislexia comete erros em questões teóricas por dificuldade de interpretação. Indicamos, neste sentido, um processo contínuo de avaliação – onde as notas sejam compostas por um somatório de atividades (práticas, teóricas, pesquisas, etc.); Considerando as dificuldades da pessoa com dislexia (atenção, concentração, memorização e organização), importa respeitar o tempo diferenciado de interpretação. Caso seja necessário, este aluno têm direito a um tempo maior para a realização das avaliações. (MARÇAL, 2001, p.12)

O autor ainda reitera a importância de se manter uma avaliação contínua, onde será possível avaliar cada aluno com e sem dificuldades. O conceito de notas deve estar relacionado com todo material aplicado em sala de aula e não somente com notas de avaliações.

6 O COMPUTADOR COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

A sociedade atual é conhecida como a sociedade da informação, é nesse contexto que a escola está inserida, e trabalha para melhora relação professor/aluno e informática, e assim desenvolvendo um trabalho voltado para o aprendizado daqueles, que de certa forma tem dificuldade em aprender e de perceber a diferença entre esses símbolos. Segundo Lasta (2007, p. 8)

Na Educação Especial, o uso do computador como ferramenta para o desenvolvimento de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais tem causado importantes avanços no âmbito educacional. O papel do professor também muda nesse contexto, passando de transmissor do conhecimento e dono da verdade absoluta para mediador, que motiva e incentiva os alunos a participarem do processo educativo.

Como mediador do conhecimento o professor precisa cuidadosamente programar e adequar-se às fontes tecnológicas disponíveis para auxiliar no aprendizado deste educando que apresenta uma capacidade menor de assimilar conhecimento. Diante desta perspectiva Gianolla (2006, p. 53) afirma que:

A implantação de computadores em uma escola altera diversos aspectos em seu interior, por menor que seja sua utilização. A própria adaptação do espaço físico, os imprevistos técnicos, a curiosidade dos alunos, sem falar nas transformações, quando se utiliza este recurso em sala de aula.

O professor tem papel de suma importância no trabalho com alunos que apresentam dificuldade de aprendizado. E quando a escola dispõe de um laboratório de informática e sala com recursos adequados para atender esse aluno. Incentivando-o a se tornar mais confiante naquilo que ele faz de melhor, parabenizando pelos seus acertos, mesmo que estes sejam pequenos. Falar de suas necessidades, mas sem deixá-lo constrangido perante os colegas, e sim, fazer com perceba que precisa aprender. Para Oliveira (2003, p. 126).

Os programas de computador indicados são aqueles que visam estimular o raciocínio e motivar a criança para querer aprender. Nesses contextos educacionais, para a interação entre o saber científico e o jogo, é necessário que na execução da brincadeira o professor envolva o trabalho com conhecimentos ou que selecione o jogo mais adequado ao componente curricular. Com a utilização dos jogos o professor pode propiciar aos alunos a vivência em equipe, desenvolver a criatividade e a imaginação, além de proporcionar oportunidades de autoconhecimento, de descobertas de potencialidades, promover a formação da auto-estemas e a prática de exercícios de relacionamento social. Mas, para isso ocorrer, deve

estar convencido de que o jogo é um instrumento cognitivo e afetivamente significativo e que pode trazer enriquecimento das atividades pedagógicas.

A tecnologia pode auxiliar o aluno na escola, é por isso que o professor precisa intermediar a apresentação desse aluno com essa máquina que tem muito a oferecer para o aprendizado desse aluno, o aprendizado de uma criança com deficiência é adquirido através um conjunto de serviços educacionais. Smith (2008, p. 55) afirma que:

Educação especial é um conceito amplo, pois os serviços que ela oferece continuam a se expandir e a mudar. Ela compreende salas de aulas. As crianças e os jovens com necessidades especiais devem ter acesso a uma variedade de serviços que ofereçam o suporte necessário para que desenvolvam seu potencial. Este suporte varia de acordo com tipos, intensidades, localizações, profissionais e duração de educação especial. Um modo de ver a educação especial e seus serviços correlatos é prever um sistema de apoio, o qual envolva um rico grupo de serviços, com componentes individualmente determinados e aplicados.

Diante desta perspectiva as escolas públicas vêm procurando desenvolver trabalhos voltados para o desenvolvimento intelectual e a inclusão dessas crianças que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizado, procurando incluir de forma que está criança desenvolva sua capacidade de concentração, canalizar sua energia naquilo que está sendo mostradas em sala através de explicações, demonstrações feitas no quadro e com uso de tecnologias e software disponíveis.

O computador é uma ferramenta de fundamental importância e quando usada de forma correta é capaz de integrar e desenvolver habilidades diferentes, incentivando e auxiliando o aluno na construção de seu conhecimento ao longo de sua vida escolar. Para a escola utilizar essas ferramentas, se faz necessário que as suas práticas sejam modificadas, sendo preciso formar seus professores e sua equipe de gestão, é preciso rever as suas formas de intervenção vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem, além de realimentar sua estrutura pedagógica.

Uma escola ou turma considerada inclusa precisa ser, mais do que um espaço para a convivência, um ambiente onde ele aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. O objetivo desta proposta é a possibilidade de ingresso e permanência do aluno na escola com sucesso acadêmico, e isso só poderá se dar a partir da atenção das suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento (GLAT, 2007, pg. 17).

A informática entra com suporte de ajuda nesse processo de aprendizagem num ambiente multissensorial capaz de compensar dificuldades encontradas por estas crianças em sala e fora dela. Jogos podem ser usados pela escola como recurso muito eficaz como forma de aprendizado. Essa eficiência se dá porque por natureza, crianças gostam de jogos, podemos aproveitar o interesse desse aluno para trazer benefício em sua aprendizagem.

Há muitos programas disponíveis na internet que pode ser usada de acordo a dificuldade de aprendizado de cada criança, softwares de qualidade devem proporcionar um ambiente que de certa forma encoraje o aluno com dislexia, disponibilizando meio em que eles possam trabalhar de forma tranquila e sem pressão.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1 Observação da sala de recursos multifuncionais

A Constituição Federal de 1988 no Art. 205 ressalta que a educação é um direito de todos e dever do estado. Por isso a grande necessidade de melhorar o atendimento na educação especial ao aluno que apresenta dificuldade no aprendizado. Destacam-se também a Portaria Normativa nº 13 de 24 de abril de 2007, onde, cria um programa de implantação de salas de recursos multifuncionais para que estados e municípios possam ter atendimento educacional para todos os alunos em condições de acessibilidade.

A Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Denise Gomide Amui conta com duas salas de recursos multifuncionais, onde uma é especializada em alunos que apresentam deficiências motoras e outra abrange alunos que tem deficiência cognitiva. Recebem tanto alunos da própria escola, como alunos direcionados de outras escolas públicas e particulares que não possuem salas especializadas.

Os dois ambientes funcionam no período da manhã e tarde, e os alunos ficam cerca de duas horas por semana sendo acompanhados por uma única professora na sala, em horário contrário ao das aulas regulares. Esse acompanhamento tem o objetivo de sanar as maiores dificuldades relatadas pelos professores, as avaliações também são feitas nesse ambiente.

A sala observada está instalada em um ambiente bem arejado, paredes pintadas com várias cores, o que possibilita um ambiente mais alegre e os alunos

mais a vontade. A sala é climatizada, para assim proporcionar maior conforto aos educando. Os aparelhos e móveis são distribuídos de forma bem organizada as cadeiras também são coloridas, tem duas mesas redondas.

Figura1 – Equipamentos da sala de recurso para alunos com Dislexia do Colégio Estadual Denise Gomide Amui.



Fonte: Registro do Autor (2016)

A sala possui dois computadores com Sistema Operacional Windows com impressora Braille, ampliador de tela e software sintetizador de voz. Também conta com um adaptador de teclado para crianças com dificuldade motora de leva a avançada.

Figura 2 - Sala adaptada para criança com deficiência. Colégio Estadual Denise Gomide Amui.



Fonte: Registro do Autor (2016)

Além desses recursos tecnológicos para criança com deficiência em aprendizagem, a sala também possui materiais pedagógicos de acessibilidade, que vão de acordo com o manual de orientação de implantação de salas multifuncionais.

Figura 3 – Sala de Recursos de acessibilidade com programa específico de acordo com a idade da criança. . Colégio Estadual Denise Gomide Amui.



Fonte: Registro do Autor (2016)

O atendimento na sala é feito de acordo com a deficiência do aluno. Inicialmente o professor da sala de aula regular identifica as dificuldades de aprendizado no aluno, posteriormente preenche uma ficha e encaminha para o professor da sala de recursos. O professor verifica por meio de teste se o aluno necessita de um acompanhamento e se esse for o caso, a família é comunicada, e um pedido de autorização para que o aluno compareça duas vezes por semana até a sala especializada é assinado pelos pais ou responsáveis.

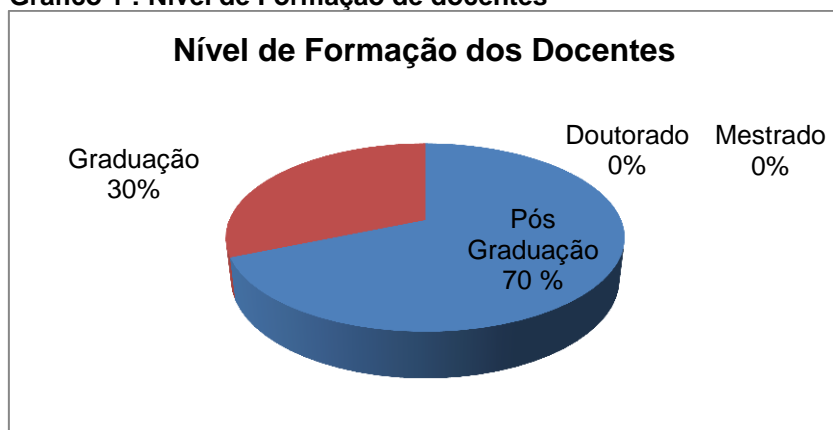
Foi realizada inicialmente, uma conversa informal sobre os procedimentos acima, com o intuito de coletar dados necessários visando atingir o objetivo inicial. Posteriormente foram aplicados oito questionários distribuídos entre professores regulares e também da sala de recurso.

A instituição selecionada para esta pesquisa é da rede pública do município de Araguatins-TO, a escolha foi por trabalhar em tempo integral com um quadro de 16 professores de ensino fundamental, que atuam em todas as turmas de 3º ao 5º

anos do Ensino Fundamental. Os dados permitiram conhecer e entender um pouco de cada professor no atendimento ao aluno disléxico, e se utilizam os recursos tecnológicos que a informática oferece.

Inicialmente questionou-se a respeito da formação inicial e continuada dos docentes, obtendo-se o seguinte percentual.

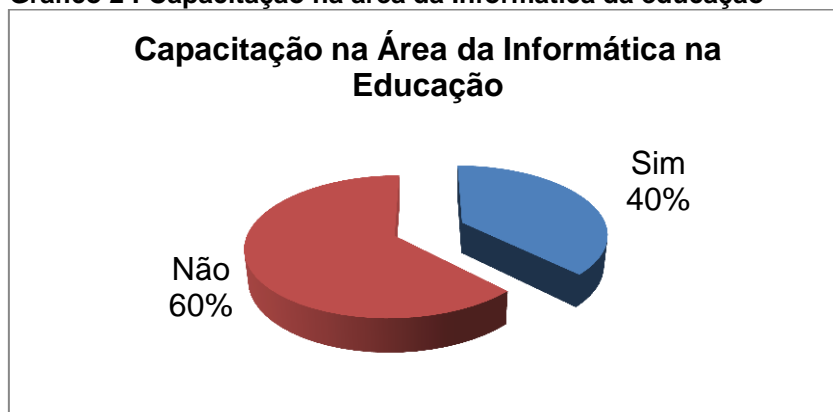
Gráfico 1 : Nível de Formação de docentes



Fonte : Pesquisa de Campo do Autor (2016)

De acordo com o gráfico acima o percentual de professores com apenas a graduação é 30%, os demais - 70% - possuem especialização. Nenhum professor possui o título de mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Além disso constatou-se que dos oito professores pesquisados apenas três possuem especialização na área de educação especial.

Gráfico 2 : Capacitação na área da Informática da educação



Fonte: Pesquisa de campo do Autor (2016)

Partindo para o segundo questionamento, procurou saber se os professores possuem capacitação na área de informática na educação, apenas 40% dos

professores que responderam o questionário possui qualquer tipo de capacitação em informática. São poucos, segundo Lopes (2004),

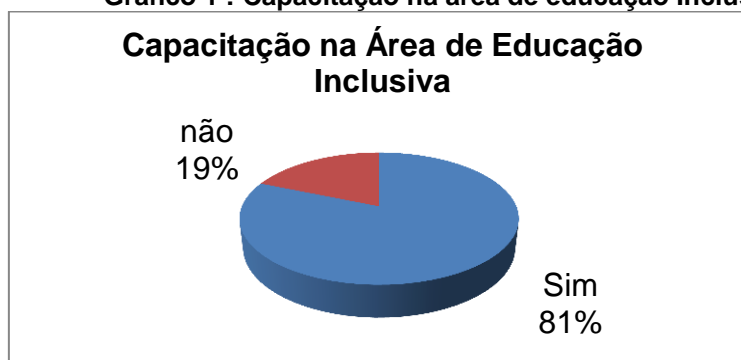
Se um dos objetivos do uso do computador no ensino for o de ser um agente transformador, o professor deve ser capacitado para assumir o papel de facilitador da construção do conhecimento e não um mero transmissor de informações. (Lopes, 2004, p.4)

Também foi questionado se os professores tinham formação e as colocavam em prática, nesse caso 80% afirmaram que sim. Lopes(2004) destaca que,

[..]o professor deve ser constantemente estimulado a modificar sua ação pedagógica. Ai entra o papel do coordenador de informática, que esta constantemente sugerindo, incentivando e mobilizando o professor. Não basta haver um laboratório equipado e software à disposição do professor, precisa haver o facilitador que gerencie o processo pedagógico.(Lopes, 2004, p.4)

A pergunta seguinte sobre a capacitação na área específica da Educação Inclusiva o que trouxe informações bem relevantes.

Gráfico 1 : Capacitação na área de educação Inclusiva



Fonte : Pesquisa de Campo do Autor (2016)

No campo de capacitação na área da educação inclusiva 81% dos professores são capacitados. Mas o ideal é que todo o corpo de docente seja capacitado para a área de educação inclusiva. Conforme a Resolução CNE/CEB n.4/2009 em seu Art. 12, para atuação no ensino com crianças com dificuldades de aprendizado o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Gráfico 4 : Classificação da Sala de Recursos

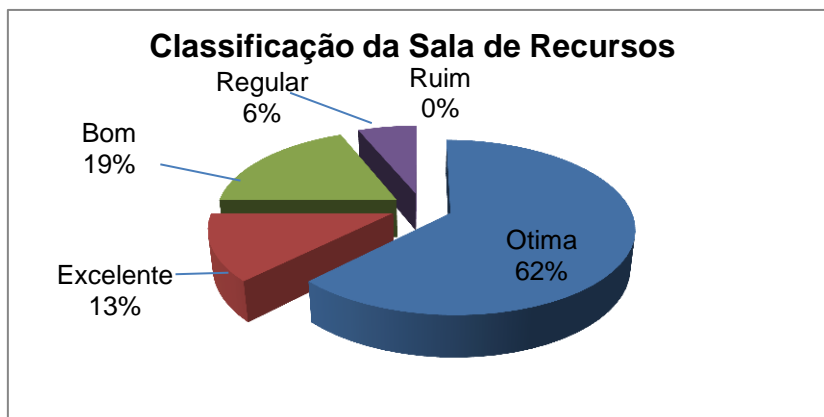


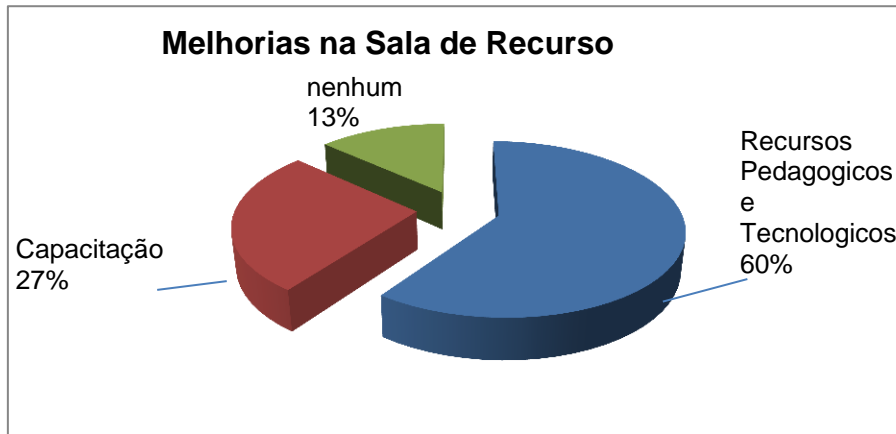
Gráfico 4 :Pesquisa de campo

As salas de recursos precisam ser um ambiente que atenda aos requisitos para que se mantenha a qualidade na educação. Conforme o Decreto 7.611/2011, p 01,

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - aprendizado ao longo de toda a vida; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

Todavia, apesar das prerrogativas legais, o que se vê nas escolas é diferente, muitas ainda não possuem salas de recursos multifuncionais e quando possuem, não são capazes de atender de forma qualitativa a demanda existente.

Quanto ao arranjo arquitetônico das escolas, ainda é uma realidade. À medida que a escola consegue pleitear uma sala de recursos, ainda é só o início do caminho, pois esta necessita de todos os materiais que possibilitem o ensino-aprendizagem.

Gráfico 5 : Melhorias na Sala de Recursos

Fonte : Pesquisa de campo

Quanto às melhorias apontadas na sala de recursos, 60% dos professores apontam que necessita de mais recursos pedagógicos e tecnológicos para auxiliar no processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência de aprendizagem. Os outros 27% apontam também que é fundamental a capacitação dos professores na área de tecnologia para que possa oferecer um atendimento de melhor qualidade ao disléxico, 13% afirma que não há nada que possa melhorar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola enquanto o centro do aprendizado social é vista como uma espécie de idealização de entidade responsável pela construção e manutenção do saber composto ao longo dos tempos. Na qualidade de organizadora do conhecimento esta tem por obrigação permitir que todos tenham acesso ao ensino e permanência com sucesso.

Todavia ainda hoje, são enfrentados pelos alunos com necessidades educacionais especiais inúmeros problemas para serem inseridos na educação regular. Dessa forma, educação inclusiva é vista como um meio de promoção social, fruto de muitas discussões, que fundamentalmente garantiram a preconização de uma sociedade mais justa e igualitária. Uma vez que a partir do aceite desse contexto foi possível que todas as crianças, independentemente de terem necessidades educativas especiais ou não, tenham acesso a uma escola comum, onde possam interagir e aprender com os demais colegas.

Dentre os principais distúrbios, a dislexia tem ganhado grande abrangência, por seu “fácil” diagnóstico dentro das escolas. Algumas delas contam com sala de recursos. Onde crianças com esse e outros tipos de necessidades educativas especiais são atendidos nesses ambientes.

Procurando atender de forma adequada essas crianças dentro e fora do ambiente escolar, estudos e projetos relacionados à dislexia e também na formação de professores são desenvolvidos para que esses alunos possam ter uma educação acessível e de qualidade com o uso de computadores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso, **O jogo e a educação infantil: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir**, fascículo 15/ Celso Antunes. 8. Ed.–Petrópolis, RJ: vozes, 2012.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador programa implantação de salas de recursos multifuncionais**. Secretaria de Educação Continuada. MEC, SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC, SEESP, 2011.

DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

FONSECA, Vítor da. Educação especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GADOTTI, Moacir; Romão, José Eustáquio; (Orgs) **Guia da Escola Cidadã**- Instituto Paulo Freire. Cortez: 1997.

GIANOLLA, Raquel Miranda. **Informática na educação: representações sociais do cotidiano**. São Paulo, Cortez, 2006.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar** (org.). Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

LASTA, Antonio Kalliu. **Dislexia na prática: o ato de avaliar**.4 Ed. Rio de Janeiro: 2007.

LOPES, José Junio. **A introdução da informática no ambiente escolar**.Disponível em:<<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educom.tec/artigos/a%20introducao%20da%20informati%20no%20ambiente%20escolar.pdf> > Acesso em: jan. 2016

MARÇAL, Juliane Corrêa; **Progestão:Como Promover a Construção Coletiva do Projeto Pedagógico da Escola?**, Módulo III, Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MORENO, Patrícia Cândido. **As Dificuldades da Escola Perante a Inclusão Escolar** Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/incluescolar/index.php>>. Acesso em: 16 nov.2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho **Rebouças de. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias, praticas**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SAMPAIO, Simaia. **Dificuldades de Aprendizagem- A psicopedagogia na relação sujeito, família e escola.** Editora wak, Rio de Janeiro, 2009;

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos.** 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SISTO, Fermino Fernandes; BORUCHOVITCH, Evely; MARTINELLI, Selma de Cassia. **Dificuldade de aprendizagem no contexto pedagógico.** 2. Ed. Petrópolis: 2001.

PINTO, Maria Guinde F. **Escola para todos.** Disponível em: <www.educacaoemfoco.escolaparatodos.dislexia.disturbio-edu-com>. Acesso em 12 jan 2016.

PENNINGTON, Bruce F. **Diagnósticos de distúrbio de aprendizagem.** São Paulo: ed., Pioneira Thompson Learning, 1997. p. 65.

SMITH, Deborah Deutsch. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão** (tradução Sandra Moreira de Carvalho). 5. Ed. Porto Alegre: Artmed. 2008.

QUESTIONÁRIO

- 1- Qual o nível de formação?
 Superior
 Especialista
 Mestre
 Doutor
 Outro _____

- 2- Possui capacitação na área de informática?
 Sim
 Não

- 3- Possui capacitação na área de Educação Inclusiva?
 Sim
 Não

- 4- Como você classifica a sala de recursos?
 Excelente
 Ótima
 Bom
 Regular
 Ruim

- 5- O que é preciso para melhorar a sala de recursos?

- 6- Você utiliza o laboratório de informática?
 Sim
 Não

- 7- Como você classifica o laboratório de informática?
 Excelente
 Ótima
 Bom
 Regular
 Ruim

- 8- O que é preciso para melhorar o laboratório de informática?

